

≈ O REMANSO ≈

Jornal nº 06 | Ano 02 | Novembro de 2019



Fotos capa: arquivo do produtor rural e assessoria de comunicação



Presença do rejeito nas águas dos rios Doce e do Carmo compromete a produção agropecuária no Território.

Editorial

Passados quase 4 anos do rompimento da Barragem do Fundão, a atividade mineradora continua a fazer suas vítimas no Brasil. Recentemente, o país acompanhou a tragédia de Brumadinho, mais uma anunciada. A Lei 9.605/1998 - Lei dos Crimes Ambientais - Reordena a legislação ambiental quanto às infrações e punições. Concede à sociedade, aos órgãos ambientais e ao Ministério Público mecanismo para punir os infratores do meio ambiente. Mas e as vidas? As famílias que foram desfeitas, as histórias que foram interrompidas?

As cenas de violência, de caos, que se sucedem após as tragédias, deixam marcas indeléveis. Marcas em forma física, em traumas, em perdas humanas, que talvez nem gerações posteriores possam superar. O que podemos esperar de um Estado que cada vez mais afrouxa as leis ambientais, que pune menos e mal, que não assiste a quem é vítima como deveria? São interrogações que atravessam anos e que talvez não tenham respostas tão breve.

A voz dos atingidos por rompimento de barragens clama não apenas por direitos, que são violados a cada momento, mas por justiça. A perplexidade diante de tanto descaso fragiliza este grupo de pessoas. Mas, ao mesmo tempo, faz aumentar o princípio de solidariedade diante de quadros expostos, recentemente, pela Fundação Renova e que não refletem a realidade. Resistindo os atingidos encontram forças para superar o quase insuperável, a dor da perda, em todos os sentidos.

Escassez de água *agrava situação* das propriedades ribeirinhas



Sem alternativa, os animais do produtor Geraldo Lanna chegaram a tomar água do rio Doce

 Arquivo do produtor rural

Na tentativa de manter suas atividades agrícolas e pecuárias viáveis, propriedades rurais ribeirinhas de Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e do Simplicio (comunidade rural de Ponte Nova) passam por grandes dificuldades após o rompimento da barragem de Fundão (Samarco). A qualidade da água dos rios Doce e do Carmo é o principal problema. Sem água, a situação se agrava a cada dia, pois ela é essencial para praticamente todas as atividades no campo, além de assegurar condições dignas de vida aos produtores rurais.

A maior parte dos produtores deixou de utilizar a água dos rios que banham suas propriedades, pois a mesma é de qualidade duvidosa. Com a escassez de água, alguns produtores venderam seus animais por valor abaixo do mercado, outros preferem lutar com a produção agropecuária e, sem opção, utilizam a água dos rios para dessedentação dos animais.

As ações da Fundação Renova nas propriedades não resolvem os problemas, pois não atendem nem mesmo as atividades de rotina. A quantidade de água transportada até às propriedades por caminhões é insuficiente e sua origem é desconhecida. Foram

perfurados alguns poços artesianos, no entanto, há reclamações da qualidade e da quantidade de água. Em muitos casos não atendem às necessidades das propriedades. Existem ainda poços inacabados e poços à energia elétrica aumentando as despesas dos produtores.

“O combinado foi a Fundação Renova furar o poço artesiano, colocar uma caixa de 5 mil litros e fazer a distribuição para os piquetes. Mas, infelizmente, só perfuraram o poço e colocaram a bomba. Além de não finalizarem o serviço, a água está saindo muito suja”, relatou Helvécio Pereira Frade, produtor rural de Santa Cruz do Escalvado. ➡



 Moisés Santos

Água do poço artesiano construída na propriedade de Helvécio

Os produtores que continuam utilizando a água dos rios para dessedentação animal têm observado um aumento significativo de casos de aborto entre os animais. **“Trabalho com reprodução, através de inseminação artificial, há pelo menos 20 anos. O índice de aborto aqui era zero. Após o rompimento, houve época que ocorreram 5 abortos de 7 reproduções”**, disse José Geraldo Lanna, produtor rural de Santa Cruz do Escalvado. Outros produtores trouxeram a mesma preocupação ao Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini.



Arquivo pessoal do produtor rural

Índice de aborto aumentou entre os animais

Tanto Santa Cruz do Escalvado, quanto Rio Doce possuem mais de 35 quilômetros de margens de rios atingidas pelo rejeito. As propriedades sofreram grande desvalorização, pois as áreas mais próximas aos rios, mais férteis, foram tomadas pelo rejeito. Com o passar do tempo, os produtores somam os prejuízos e as dívidas vão se acumulando.

Sem irrigação, as culturas de cana e milho não se desenvolvem, o que reduz a disponibilização de alimentos para os animais. A distribuição de silagem pela Fundação Renova está aquém do que é utilizado nas propriedades. Algumas propriedades receberam por apenas dois meses e outras nunca receberam.

“Após o rompimento, ficamos meses sem plantar. Com o tempo, a alternativa foi misturar a terra ao rejeito, adubar e plantar. No entanto, uma área que irrigávamos com uma hora, hoje precisamos irrigar durante três horas. A quantidade de adubo também tivemos que dobrar, para garantir o mínimo de produção de alimentos para o gado”, disse Maria da Conceição Dominigueti, da comunidade do Simplício (Ponte Nova).

Em Rio Doce, Maria das Graças Ferreira Melo, Lia, precisou encerrar com suas plantações após 20 anos. Ela dividia o terreno de uma ilha com seus irmãos, Geraldo e Silvério. No local, eles plantavam abacaxi, mandioca, amendoim, banana, feijão, dentre outros legumes.

“Eu vendia mais abacaxi em dezembro, mas sempre tinha para nosso consumo. Com o amendoim, eu fazia pé-de-moleque e vendia o ano todo. A gente produzia um pouco de tudo. Era o que me ajudava a pagar a faculdade da minha filha, parada há 2 anos”, contou Lia.



Arquivo pessoal da produtora rural

Lia atravessando o Rio para a ilha, onde plantava com seus familiares

✓ Outras dificuldades

Além da escassez de água e de alimentos para o gado, as cercas instaladas à beira rio delimitam boa parte do terreno que antes era utilizado para pastagem. Vários terrenos foram utilizados para deposição de rejeitos, sem autorização de seus proprietários. Existem terrenos utilizados por empresas terceirizadas da Fundação Renova para passagem e estacionamento de máquinas pesadas, todavia alguns contratos de aluguel não estão em dia.



Terrenos no Simplício permanecem com mais de 1 metro de rejeito

de Atingidos e o Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini encaminharam a situação para a Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT EI) e aguardam inclusão em pauta para discussão.

Pouquíssimos produtores conseguiram negociar indenizações finais. A mediação da maioria deles não foi agendada pela Fundação Renova, apesar das solicitações serem protocoladas.

Os arrendatários, meeiros e parceiros, até o momento, não foram reconhecidos como atingidos pela Fundação Renova. As Comissões

Plano de Adequação Socioeconômica

O **Pasea**- Plano de Adequação Socioeconômica e Ambiental- é uma das ações do Programa de Retomada das Atividades Agropecuária (PG 17). Para ser incluída no Pasea, a propriedade deve estar na calha do rio Doce ou do rio do Carmo e ter sido atingida pelo rejeito. Nenhuma ação do Pasea poderá ser descontada nas indenizações dos produtores.

Atualmente, apenas 18 produtores rurais do Território participam do Pasea. As ações são divididas

em três blocos: levantamento geral da propriedade para elaboração do mapa de ação; ações de rápida mobilização; e efetivação das ações de reparação (plantio florestal, plantio produtivo, assistência técnicas, entre outras).

Recentemente, as Comissões de Atingidos e Assessoria Técnica encaminharam ofício à Fundação Renova solicitando a inclusão no Pasea de outras 17 propriedades localizadas à jusante da UHE Risoleta Neves (Candonga). Esta demanda surgiu visto que a Fundação Renova reconhecia como elegível apenas 22 propriedades à montante da UHE Risoleta Neves. Estas 17 propriedades, apesar de não incluídas no Pasea, receberão ações de acordo com suas características e atividades desenvolvidas.

Outra solicitação foi encaminhada pelas Comissões de Atingidos e Assessoria Técnica. Nesta última, eles solicitam ainda a inclusão de propriedades à montante, que atendem aos critérios, mas não foram consideradas elegíveis pela Fundação Renova até o momento. Estas propriedades também poderão receber ações de melhorias de acordo com suas características e danos sofridos.

A Fundação Renova entregou cartilha com instruções aos produtores que já estão no Pasea, apresentou o modelo do Termo de Anuência e o cronograma de atividades que serão desenvolvidas em cada propriedade. Estas visitas, como todas as ações do Pasea, são acompanhadas pelos técnicos do Centro Rosa Fortini. ■

Câmaras Técnicas no Território

Patricia Castanheira



Membros da CT IPCT conhecem alguns pontos de intervenções da Renova

de perto, alguns problemas do Território. Eles foram até o Lago da UHE Risoleta Neves, onde ocorrerem intervenções da Fundação Renova sem que os atingidos conheçam os projetos e as autorizações dos órgãos ambientais. O grupo pode perceber o quanto as obras da Fundação Renova trouxeram novos danos para o ecossistema dos municípios.

Nos dias 08 e 09 de outubro, ocorreu em Rio Doce, a 26ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais – CT IPCT. Na oportunidade, alguns membros da CT IPCT conheceram,

No dia 15, membros da Câmara Técnica de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo (CT ECLET) também estiveram no Território. Em Rio Doce, eles visitaram o Complexo Esportivo Municipal e o terreno destinado à construção do Parque Urbano de

Rio Doce (medida reparatória pela perda do uso do lago da UHE Risoleta Neves para lazer, esporte e turismo), cujo projeto já passou por todas as etapas de aprovação no Comitê Interfederativo com sucesso.

A Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado indicou uma proposta de projeto que acolhe um conjunto de equipamentos e bens públicos. Esta proposta busca suprir a carência de espaços de sociabilidade, a partir da prática de esportes, reuniões associativas e manifestações culturais, que perderam espaço a partir das proibições e interdições do uso dos rios Piranga e Doce e do lago da UHE Risoleta Neves. ■

Expediente - Jornal O Remanso

Edição nº5 - 28/04/2019

Centro Alternativo de Formação População Rosa Fortini

Endereço escritório central: Sala anexa a COOPSOBERBO,

Rua K nº 150, Nova Soberbo - Santa Cruz do Escalvado-MG

Telefone escritório Santa Cruz do Escalvado/Chopotó: (31) 97176-8343

Telefone escritório Rio Doce: (31) 99921-2496

Coordenação: Grasielle Santos

Redação: Patrícia Castanheira

Edição: Paulo de Souza

Diagramação: Flávio Martins

Periodicidade: mensal

Gráfica: Muri Gráfica Impressos

Tiragem: 1.500 exemplares



COMISSÃO DOS ATINGIDOS
DE RIO DOCE



COMISSÃO DOS ATINGIDOS
DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO/CHOPOTÓ

comissãodosatingidos | centrorosafortini.com.br



CENTRO ALTERNATIVO DE
FORMAÇÃO POPULAR
ROSA FORTINI